JUVENTUDES, CIDADANIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS: práticas espaciais no centro de Goiânia/GO

YOUTH, CITIZENSHIP AND URBAN PUBLIC SPACES: spacial practices in Goiânia/GO's city centre

Alícia de Oliveira Moreira Pereira[1]; Julia Victória dos Santos Soares[2]; Lucas Luan Giarola[3]; Tiago Felis Pinheiro[4]

CITATION

Pereira, A. de O. M., Soares, J. V. dos S., Giarola, L. L., &, Pinheiro, T. F. (2026). Juventudes, cidadanias e espaços públicos urbanos: práticas espaciais no centro de Goiânia/GO. *Video Journal of Social and Human Research, 5*(1), 30-51 http/doi.org/10.18817/vjshr.v5i1.93

SUBMITTED

19/03/2026

ACCEPTED

25/06/2026

PUBLISHED

27/11/2026

DOI

https://doi.org/10.18817/vjshr.v5i1.93

AUTHOR

[1]Mestre em Geografia. Universidade Federal de Goiás. E-mail: aliciaoliveirapereira@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7485-9542.

[2]Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás. E-mail: victoriajulia@discente.ufg.br. ORCID: 0000-0001-7659-6822.

[3]Mestre em Geografia. Universidade Federal de Goiás. E-mail: giarola@discente.ufg.br. ORCID: 0000-0001-7713-02152Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás. E-mail: victoriajulia@discente.ufg.br. ORCID: 0000-0001-7659-6822.

[4]Mestre em Geografia. Universidade Federal de Goiás. Secretaria de Estado da Educação de Goiás. E-mail: tiagogeografia067@gmail.com. ORCID: 0009-0005-0621-3087.

RESUMO

Este trabalho insere-se no campo de estudos da Geografia das Juventudes, com enfoque na relação entre as práticas espaciais juvenis e a apropriação de espaços públicos urbanos no centro de Goiânia (GO), tomando como recorte empírico a Praça Cívica e o Bosque dos Buritis. O artigo tem como objetivo discutir as contradições presentes em espaços com potencial para o lazer e a cultura das juventudes no contexto urbano, a partir da análise das práticas espaciais desenvolvidas pelos jovens e das formas de uso, apropriação e vivência desses espaços. Nesse sentido, são tensionados espaços que expressam práticas juvenis de sociabilidade, bem como as formas de uso, ocupação e significação do espaço público pelas juventudes, além de refletir sobre os processos de esvaziamento urbano e mercantilização do espaço e seus efeitos nas vivências e pertencimentos juvenis. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, orientado por uma abordagem dialética de interpretação do espaço urbano, que se vale de observações sistemáticas, trabalhos de campo e entrevistas. O estudo fundamenta-se nas categorias práticas espaciais juvenis, espaço público urbano e cidadania, articuladas a partir de referenciais da Geografia Crítica. Os resultados evidenciam contradições entre o uso potencial e o uso efetivo dos espaços públicos, revelando tensões na relação entre juventudes, cidadania e espaço urbano. Identificam-se também lacunas em políticas públicas que reconheçam e favoreçam a presença juvenil na cidade, destacando a importância de compreender as juventudes como sujeitos ativos na produção do espaço urbano e de fortalecer o espaço público como direito.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Juventudes; Práticas Espaciais; Direito à Cidade.

ABSTRACT

This study is situated within the field of Youth Geographies, focusing on the relationship between young people's spatial practices and the appropriation of urban public spaces in downtown Goiânia, Goiás, Brazil, with an empirical focus on Praça Cívica and Bosque dos Buritis. The article aims to discuss the contradictions present in spaces with potential for youth leisure and cultural activities in the urban context, based on an analysis of the spatial practices developed by young people and the ways these spaces are used, appropriated, and experienced. In this sense, the study examines spaces that express youth sociability practices, as well as the forms of use, occupation, and meaning attributed to public spaces by young people. It also reflects on the processes of urban emptying and the commodification of space and their effects on youth experiences and senses of belonging. Methodologically, this is a qualitative study guided by a dialectical approach to interpreting urban space, drawing on systematic observations, fieldwork, and interviews. The study is grounded in the categories of youth spatial practices, urban public space, and citizenship, articulated through the theoretical framework of Critical Geography. The findings reveal contradictions between the potential and the actual use of public spaces, highlighting tensions in the relationship between youth, citizenship, and urban space. The study also identifies gaps in public policies that recognize and support the presence of young people in the city, emphasizing the importance of understanding youth as active agents in the production of urban space and of strengthening public space as a right.

Keywords: Urban Space; Youth; Spatial Practices; Right to the

INTRODUÇÃO

A relação entre juventudes e a cidade revela tensões que marcam a produção e o uso do espaço urbano, especialmente no que se refere ao acesso, à permanência e às formas de apropriação do espaço público. Em diferentes contextos urbanos, as práticas juvenis frequentemente entram em conflito com dinâmicas de regulação, controle e mercantilização do espaço, que tendem a restringir ou hierarquizar os modos de presença de determinados grupos sociais na cidade. Nesse cenário, o espaço público urbano torna-se um território marcado por disputas, no qual se confrontam diferentes interesses, usos e significados atribuídos à cidade.

As juventudes, nesse processo, constituem-se como sujeitos que produzem e significam o espaço urbano por meio de suas práticas espaciais, expressando sociabilidades, identidades e formas de pertencimento que se materializam nos encontros, nas permanências e nas formas de circulação pela cidade. No entanto, tais práticas nem sempre são reconhecidas como legítimas, sendo muitas vezes tensionadas por processos que buscam normatizar ou limitar determinadas formas de uso do espaço público. Assim, analisar a relação entre juventudes e espaço público urbano torna-se fundamental para

compreender as contradições que permeiam o direito à cidade e as possibilidades de construção de experiências urbanas mais democráticas.

No campo da Geografia, a análise das práticas espaciais juvenis têm contribuído para evidenciar como as juventudes não apenas ocupam, mas também significam e produzem o espaço urbano a partir de suas vivências cotidianas (Cassab, 2009, 2011; Cavalcanti, 2016; Paula et al., 2016; Oliveira, 2023). Essas práticas se manifestam em diferentes formas de uso e apropriação do espaço público, especialmente em áreas centrais das cidades, onde se concentram equipamentos culturais, áreas de lazer e espaços simbólicos da vida urbana. Contudo, tais espaços também têm sido atravessados por processos de esvaziamento urbano, reconfigurações funcionais e dinâmicas de mercantilização que impactam diretamente as possibilidades de presença e permanência das juventudes nesses territórios.

É nesse contexto que o presente artigo se insere, ao analisar a relação entre as práticas espaciais juvenis e a ocupação de espaços públicos no centro de Goiânia (GO), com foco na Praça Cívica e no Bosque dos Buritis. O estudo busca problematizar as potencialidades e as contradições desses espaços enquanto territórios de lazer, cultura e sociabilidade para as juventudes, tomando como ponto de partida a análise das práticas espaciais desenvolvidas pelos jovens nesses locais.

Para tanto, objetiva-se discutir as contradições presentes em espaços com potencial para o lazer e a cultura das juventudes no contexto urbano, a partir da análise das práticas espaciais desenvolvidas pelos jovens e das formas de uso, apropriação e vivência desses espaços. Nessa perspectiva, o artigo contribui para os estudos das juventudes ao evidenciar a necessidade de reconhecer os jovens como sujeitos sociais ativos na produção do espaço urbano e ao destacar a importância de políticas públicas que favoreçam sua presença, permanência e apropriação dos espaços públicos da cidade.

A análise das práticas espaciais juvenis no espaço público urbano torna-se relevante na medida em que permite compreender como as juventudes, concebidas como sujeitos plurais e marcados por diferentes pertencimentos sociais, culturais, de gênero, raça e classe, ocupam, produzem e atribuem sentidos à cidade. Em contextos urbanos marcados pela segregação socioespacial, pela mercantilização dos espaços de convivência e pela intensificação de mecanismos de controle e vigilância, os espaços públicos emergem como territórios de disputa, encontro e expressão das experiências juvenis.

Nesse sentido, a apropriação dos espaços públicos constitui uma dimensão fundamental das práticas espaciais juvenis, uma vez que possibilita a construção de sociabilidades, a produção de sentidos sobre a cidade e a vivência de experiências de participação e cidadania. Ao mesmo tempo, esses espaços se configuram como territórios de disputas, atravessados por processos de segregação socioespacial, mercantilização e controle, que condicionam as possibilidades de acesso, permanência e apropriação pelas juventudes.

Considerando as particularidades da produção do espaço urbano no centro de Goiânia (GO) e tomando como categorias analíticas as práticas espaciais juvenis, o espaço público urbano e a cidadania, este estudo busca responder à seguinte problemática: de que maneira as práticas espaciais juvenis manifestadas nos espaços públicos do centro de Goiânia, especialmente na Praça Cívica e no Bosque dos Buritis, revelam formas de apropriação, produção de sentidos e experiências de cidadania e de direito à cidade, em um contexto marcado por processos de esvaziamento urbano e mercantilização do espaço?

A partir dessa problemática, a análise volta-se para a compreensão de quais espaços públicos da área central de Goiânia apresentam potencial para o lazer, a sociabilidade e a produção cultural das juventudes, buscando identificar elementos que caracterizam as práticas espaciais juvenis e as formas de apropriação e significação desses espaços. Nessa direção, interessa compreender como os jovens ocupam e produzem sentidos sobre o espaço público, bem como refletir sobre as implicações dos processos contemporâneos de produção do espaço urbano, especialmente aqueles relacionados à mercantilização, ao controle e ao esvaziamento dos espaços públicos.

Em termos metodológicos, trata-se de um estudo de natureza qualitativa (González-Rey, 1998; Minayo et al., 2009), orientado por uma abordagem dialética de interpretação do espaço urbano. Os procedimentos de pesquisa envolveram observações sistemáticas, trabalhos de campo e entrevistas, possibilitando analisar as formas de uso e apropriação dos espaços públicos pelas juventudes na área central de Goiânia.

A análise dos dados produzidos em campo é articulada às contribuições teórico-conceituais de autores que discutem o espaço público, a cidadania e o direito à cidade, bem como as práticas espaciais juvenis, entre os quais se destacam Lefebvre (1991a, 1991b), Carlos (2014), Capel (2014), Cavalcanti e Souza (2014, 2019), Cassab (2009, 2011), Cavalcanti (2016), Oliveira e Lacerda (2018), Oliveira (2023) e Marques (2024).

Considerando o caráter exploratório desta análise e o recorte espacial específico adotado, compreende-se que a presente discussão possui caráter introdutório, podendo indicar caminhos para investigações futuras que aprofundem a compreensão das relações estabelecidas entre as juventudes e o centro da cidade de Goiânia (GO).

A CIDADE VIVIDA PELAS JUVENTUDES: espaço público, práticas espaciais e cidadania

Ao considerar que a Geografia representa um modo particular de compreender a sociedade, isto é, uma forma específica de interpretar a realidade a partir de conceitos, categorias e princípios próprios, esta investigação ancora-se na premissa de que a análise do espaço permite desvelar as múltiplas contradições que estruturam a vida social, sobretudo no que tange às práticas espaciais estabelecidas no/pelo/com o espaço urbano. Nesse sentido, de acordo com Gomes (2009) haverá uma geografia quando a pergunta (ou questão central) do fenômeno constituir carácter espacial, visto que: "... a geografia existe em qualquer fenômeno em que haja uma ordem de dispersão espacial" (p.27).

À luz dessas inquietações, partimos da seguinte indagação: o que há, de fato, no espaço público do centro de Goiânia/GO? Onde se concentram as maiores aglomerações? Por que, em determinadas áreas, observa-se um certo esvaziamento? A quem o espaço urbano tem servido? Para que serve e para quem serve? Essas questões orientam a presente análise, que tem como foco os espaços públicos com potencial de lazer e cultura voltados às juventudes no centro da cidade.

Para isso, a investigação apoia-se nas categorias de espaço público, práticas espaciais juvenis e cidadania, compreendidas enquanto conceitos fundamentais à leitura geográfica do espaço urbano. Parte-se da constatação do esvaziamento, tanto físico quanto simbólico desses espaços, e busca-se tensionar os sentidos de pertencimento e os processos de constituição de práticas cidadãs que se expressam e se formam nas relações com o espaço urbano.

Nesse sentido, cabe resgatar a proposição de Lefebvre (1991a) no que tange a conhecida tríade dialética composta pelos conceitos de espaço concebido, percebido e vivido. Segundo a perspectiva do autor, o espaço concebido corresponde às representações técnico-científicas do espaço, produzidas por urbanistas, planejadores, arquitetos e instituições estatais; o espaço percebido refere-se ao

uso prático e cotidiano do espaço, à materialidade e às práticas espaciais ordinárias; e o espaço vivido diz respeito à dimensão subjetiva, simbólica e afetiva da experiência espacial, construída pelos sujeitos em sua relação sensível com o mundo. Essa tríade permite compreender a produção e apropriação do espaço como um processo contraditório, onde múltiplos sentidos e interesses se articulam e se confrontam.

A esse respeito, Lefebvre (2000) ressalta que a produção do espaço ocorre por meio de três dimensões dialeticamente interconectadas, sendo a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação. A prática espacial consiste na espacialização dos sujeitos vinculada às relações sociais de reprodução. A representação do espaço vincula-se à dimensão do espaço concebido, idealizado em conformidade com o modelo e ordem de produção, que define a forma do espaço e influencia diretamente nas práticas espaciais.

Os espaços de representação insere-se na dimensão do espaço vivido, trazendo para o centro os simbolismos, significados, subjetividade e imaginário decorrentes da vida cotidiana e experiência vivida pelo espaço, sendo também espaço de resistência visto que: "... trata-se do espaço dominado, portanto, suportando que a imaginação tenta modificar e se apropriar" (Lefebvre, 2000, p. 66, tradução livre).

É importante destacar, nesse sentido, que tais dimensões da produção do espaço são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas, vinculadas à materialidade da vida cotidiana (Christan & Souza, 2020). As práticas espaciais observadas nos espaços públicos do centro de Goiânia compreendem dimensões concebidas que refletem o modelo de produção capitalista e mercadológico, o qual tende a definir os espaços de lazer como espaços de consumo. No entanto, esses mesmos espaços também se constituem como espaços percebidos, relacionados às relações sociais ali estabelecidas, e, sobretudo, como espaços vividos, carregados de subjetividades e potencialidades de resistência. Sendo assim, o espaço constitui o lugar da reprodução das relações sociais de produção.

Tendo em vista a adoção de uma perspectiva dialética, esta análise também se apoia nas contribuições de Santos (1997, 2007), que propõe o estudo da espacialidade enquanto totalidade em constante transformação, atravessada por contradições, mediações e conflitos. Para o autor, compreender a organização espacial implica interpretar a relação dialética entre forma, função, estrutura e processo. A forma refere-se ao aspecto visível dos objetos e ao arranjo espacial que conformam, articulando

aparência e essência. A função designa as atividades ou papéis exercidos por esses objetos no cotidiano, sendo sempre inseparável da forma que os expressa.

A estrutura diz respeito à maneira como os objetos estão inter-relacionados no espaço, revelando a natureza social, econômica e política de uma dada sociedade. Já o processo corresponde ao movimento de transformação dessas estruturas, resultado das contradições internas que atravessam a realidade social. É importante ressaltar, que em uma perspectiva dialética, esses elementos se interpenetram na tessitura do espaço geográfico, em uma perspectiva de totalidade, movimento e transformação.

Essas categorias são mobilizadas enquanto base teórico-metodológica para a análise das espacialidades juvenis e dos usos do espaço público, tendo em vista a necessidade de compreender os fenômenos em sua totalidade e complexidade. Isso exige articular as dimensões materiais e simbólicas do espaço, considerando as condições objetivas de sua produção e as experiências subjetivas vividas por seus usuários.

No caso do espaço público urbano, essa análise insere-se no debate mais amplo sobre a cidade e o urbano, especialmente no que diz respeito às tensões entre valor de uso e valor de troca. Conforme argumentam Carlos (2014) e Ferreira (2021), a apropriação capitalista do espaço urbano tem produzido a mercantilização dos espaços públicos e, consequentemente, sua desterritorialização simbólica e funcional para grande parte da população, sobretudo para os sujeitos das periferias urbanas.

Nessa perspectiva, o esvaziamento dos espaços públicos, enquanto instâncias de convivência, expressão cultural, do encontro e espaço da cidadania, está relacionado a processos de segregação socioespacial e a políticas urbanas que favorecem a valorização imobiliária, em uma lógica capitalista de produção, em detrimento do direito à cidade e da produção da vida.

A compreensão das práticas espaciais juvenis, por sua vez, exige reconhecer as juventudes como sujeitos sociais históricos, portadores de afetos, desejos, identidades e que produzem ativamente espacialidades. As juventudes produzem espacialidades próprias, constroem sentidos sobre a cidade e desenvolvem formas diversas de uso, apropriação e resistência no/pelo/com o espaço urbano. A esse respeito, os conceitos de condição juvenil, culturas juvenis e identidade juvenil são centrais para compreender o que é ser jovem na contemporaneidade e, sobretudo, como essas(es) jovens vivenciam o espaço público urbano.

Ressalta-se, ainda, que essas experiências espaciais das juventudes são

atravessadas por marcadores sociais da diferença, como classe, raça, gênero e sexualidade, e se constituem em contextos específicos de tempo e espaço, sendo importante atentar-se a relação entre as práticas espaciais e as interseccionalidades (Marques, 2024).

Nesse sentido, torna-se importante destacar que os jovens produzem espacialidades, são sujeitos sociais ativos pelo espaço urbano e que há relação intrínseca entre as culturas e identidades juvenis e a apropriação do espaço urbano, que consiste na produção de vivências espaciais urbanas diferenciadas. Nesse sentido, conforme Oliveira e Lacerda (2018), as cidades se apresentam como territórios privilegiados da ação social da juventude, podendo se constituir enquanto espaços de pertencimento e identidade desses sujeitos. No entanto, é importante destacar a contradição presente nos espaços públicos urbanos, que frequentemente relegam às juventudes as possibilidades de encontro e lazer restritas à lógica do consumo.

Segundo Carlos (2014) às relações materializadas nos espaços da cidade são marcadas por contorno de uma crise urbana, que constitui a cidade enquanto espaço de negócios, visando estritamente a reprodução econômica, em detrimento das necessidades sociais para a realização da vida urbana. Nesse sentido, a autora chama atenção para a análise do corpo enquanto marcador político de reivindicação desses espaços, que vêm reduzindo sistematicamente o potencial da cidade enquanto lugar do encontro, das identidades, das histórias coletivas e, sobretudo, esvaziando seu sentido social e político enquanto lugar de decisão coletiva e da realização da vida.

Diante disso, a dimensão da cidadania atravessa essas discussões, na medida em que se expressa nas formas de uso, ocupação e condição de existência nesses espaços públicos, se configurando enquanto um elemento importante para a análise geográfica das relações espaciais. A cidadania, nesse contexto, não é concebida como um conjunto de direitos instituídos, mas como prática cotidiana e processo social que se materializa no espaço, a partir das experiências, dos conflitos e das disputas vivenciadas pelos diferentes sujeitos. Assim, articulam-se neste trabalho as contribuições de autores como Santos (2007), Capel (2014) e Cavalcanti e Souza (2014, 2019) que ressaltam elementos relevantes para a compreensão conceitual da cidadania, pensada a partir da sua multidimensionalidade (Oliveira, 1999), para além dos direitos civis e políticos, incluindo o acesso pleno aos bens, espaços coletivos da cidade e direito de existência.

A cidadania, nessa linha de compreensão, consiste em uma construção social que pode ser aprendida (Santos, 2007). Nesse sentido, para Cavalcanti e

Souza (2014): "... a cidadania está ligada à participação da vida coletiva incluindo reivindicações de inclusão social, de respeito à diversidade e de direitos mais amplos para melhores condições de vida e sobrevivência" (p.5). Sendo assim, ressalta-se a relevância de compreender a cidadania articulada com os conceitos estruturadores da ciência geográfica permite uma compreensão dos fenômenos espaciais que pode contribuir para a tomada de consciência e formação de práticas cidadãs.

Em relação à contradição presente na forma como os espaços públicos têm sido regulados e apropriados no contexto urbano contemporâneo, é importante resgatar as contribuições de Santos (2007) no que se refere ao conceito de cidadanias mutiladas. Esse conceito diz respeito às violações, sujeições e supressões históricas que negam direitos e oportunidades a determinados grupos sociais, negando-os de exercer plenamente sua cidadania. Nesse sentido, o autor enfatiza que a cidadania precisa ser constantemente reclamada, destacando a importância de questioná-la para além da lógica do consumo, em defesa de uma cidadania plena e territorial.

Em vista disso, conforme os referenciais teórico-metodológicos explicitados, torna-se fundamental compreender a produção do espaço como produção de cidadanias, reconhecendo o urbano como território atravessado por múltiplas vozes, memórias, resistências e desigualdades, perspectiva que dialoga com a construção de uma justiça espacial (Soja, 2014). Restringir o uso democrático, acessível e coletivo dos espaços públicos urbanos vêm contribuindo para o afastamento da população desses territórios, mas também para a desmobilização de práticas cidadãs, espaciais e políticas.

Isso posto, reforça a urgência de questionarmos as estruturas que sustentam essa lógica excludente de produção do espaço, ao mesmo tempo, em que reafirma o papel da democracia e da valorização do espaço público como dimensão fundamental de uma gestão democrática, capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais (Capel, 2017). Como apontam Machado e Rats (2019), "... para desfazer as fronteiras entre espaços públicos e privados devemos ir ao cotidiano e colocá-lo como agente no processo" (p.86).

Dessa forma, com base nos eixos teórico-metodológicos apresentados, a análise que segue resulta do trabalho de campo realizado nos espaços públicos centrais da cidade de Goiânia, com o recorte da Praça Cívica e do Bosque dos Buritis. A partir das observações e entrevistas, discutem-se as práticas espaciais estabelecidas nesses espaços públicos, bem como suas implicações para a vivência cidadã e a presença das juventudes nesses territórios urbanos.

METODOLOGIA

Conforme já destacado, este trabalho adota uma abordagem qualitativa (González-Rey, 1998; Minayo et al., 2009), de caráter exploratório, ancorada em uma perspectiva dialética de análise, buscando apreender as contradições e tensões que permeiam as práticas espaciais juvenis nos espaços públicos do centro de Goiânia (GO). Nessa direção, os procedimentos metodológicos partem da tensão entre presença e esvaziamento desses espaços, procurando compreender as formas pelas quais as juventudes os ocupam, se apropriam e lhes atribuem significados. O trabalho de campo constitui o eixo central da investigação, sendo articulado a observações sistemáticas, entrevistas semiestruturadas realizadas com jovens e demais frequentadores dos espaços investigados, bem como com trabalhadores vinculados aos locais identificados como potenciais de uso e ocupação juvenil, além da análise documental, possibilitando uma compreensão multidimensional do fenômeno estudado.

Considerando o potencial do trabalho de campo como procedimento metodológico capaz de produzir conhecimentos e possibilitar uma análise propriamente geográfica do espaço (Morais & Pereira, 2024), a primeira etapa da investigação consistiu na realização de um trabalho de campo exploratório. Essa etapa teve como objetivo identificar indícios de práticas espaciais juvenis em espaços estratégicos da área central de Goiânia, entre os quais se destacam a Praça Cívica, a Rua 8, o Beco da Codorna, o Bosque dos Buritis e o Mercado da 74. Durante essa incursão, foram realizados registros fotográficos, observações sistemáticas e conversas informais com grupos de jovens, cujos elementos contribuíram para o refinamento do recorte empírico e para a delimitação do problema de pesquisa.

Como desdobramento desse processo, o Bosque dos Buritis e a Praça Cívica (Figura 1) foram definidos como os espaços centrais de análise, em razão de suas características como espaços públicos e de seu potencial para a expressão de práticas espaciais e sociabilidades juvenis.

Figura 1

Área de estudo e percurso do trabalho de campo exploratório



Nota. Elaborado pelas(os) autoras(es), 2025.

É importante destacar que a escolha da Praça Cívica e do Bosque dos Buritis se relaciona com a contradição entre o uso potencial e o uso real do espaço urbano para o estabelecimento de práticas espaciais. Nas últimas décadas, observa-se um movimento de ocupação e apropriação do centro de Goiânia, impulsionado por ações de movimentos sociais, sobretudo a partir de coletivas feministas e do movimento negro, que reivindicam esses espaços como lugares de representação sob uma perspectiva inclusiva, com usos voltados à luta política, batalhas de rap e ocupações promovidas por grupos historicamente e socialmente marginalizados. Ainda que este trabalho reconheça esses movimentos de resistência, o recorte analítico centrado na Praça Cívica e no Bosque dos Buritis justifica-se justamente pelo seu aparente esvaziamento e pela reduzida presença de práticas espaciais coletivas e políticas.

Em uma etapa posterior, foi realizado um novo trabalho de campo voltado à observação sistemática, com o objetivo de identificar as dinâmicas de uso dos espaços públicos, os fluxos e permanências, as formas de sociabilidade e os possíveis conflitos relacionados às práticas espaciais juvenis. As observações foram registradas em diário de campo, contemplando aspectos como a composição dos grupos, as atividades desenvolvidas, as relações estabelecidas pelos jovens com o entorno e as materialidades que condicionam ou potencializam suas práticas espaciais.

Complementando as observações sistemáticas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos que frequentavam os espaços investigados durante os trabalhos de campo, buscando compreender as formas de uso, apropriação e significação desses lugares, especialmente entre os jovens, bem como os fatores que favorecem ou limitam sua presença, considerando os processos de esvaziamento observados. Também foram entrevistados sujeitos que atuam em equipamentos e estabelecimentos localizados na Praça Cívica, com destaque para o Centro Cultural Marietta Telles Machado, e no Bosque dos Buritis, particularmente no Museu de Arte de Goiânia (MAG), com o intuito de apreender as dinâmicas de ocupação desses espaços a partir de diferentes perspectivas.

A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, considerando, de um lado, sujeitos que estavam vivenciando os espaços investigados durante os trabalhos de campo, especialmente aqueles que os utilizavam para lazer, convivência e sociabilidade, e, de outro, profissionais que atuavam nos equipamentos e estabelecimentos localizados nesses espaços e que, em função de sua experiência e permanência cotidiana, apresentavam um conhecimento mais

aprofundado sobre suas dinâmicas de uso, transformações e formas de apropriação.

O roteiro das entrevistas foi estruturado em três eixos analíticos: (i) o contexto espacial e histórico das práticas e ocupações juvenis nos espaços públicos investigados; (ii) as relações de pertencimento, as sociabilidades e os sentidos atribuídos a esses lugares; e (iii) as percepções acerca das condições de uso dos espaços, envolvendo aspectos relacionados à segurança, ao lazer, ao consumo e às experiências espaciais vivenciadas pelos sujeitos.

Paralelamente ao trabalho empírico, foi realizada uma análise documental e bibliográfica, revisando literatura sobre práticas espaciais juvenis, identidade e produção do espaço urbano, com ênfase nos referenciais da Geografia Crítica e nas discussões sobre o direito à cidade. Além disso, foram levantados documentos oficiais, como plano diretor, legislações urbanas e projetos de intervenção, que impactam na configuração dos espaços estudados, particularmente na Praça Cívica e no Bosque dos Buritis.

ENTRE PRESENÇA E ESVAZIAMENTO: análise das práticas espaciais juvenis no centro de Goiânia (GO)

A partir do trabalho de campo exploratório, evidenciou-se a necessidade de aprofundar a reflexão teórico-conceitual acerca do uso e ocupação dos espaços públicos no centro de Goiânia/GO. A observação inicial desses espaços revelou um cenário de esvaziamento, apontando para uma possível intencionalidade político-ideológica de enfraquecimento da função social do centro da cidade. Além disso, outro elemento que motivou tais discussões foi a presença de práticas espaciais juvenis vinculadas a espaços de lazer que operam sob a lógica do consumo, além da própria conformação do espaço urbano enquanto espaço concebido, o que tende a dificultar a emergência de práticas espaciais juvenis autônomas em Goiânia.

Nesse contexto, destaca-se a Instrução Normativa nº 075/2020[1] que regulamenta o uso de praças e bosques na cidade. A normativa estabelece que, para eventos com mais de dez pessoas, é obrigatória a obtenção de autorizações do Corpo de Bombeiros e do órgão municipal de trânsito, além da entrega de documentos como planilha de gastos, memorial descritivo, plano de gerenciamento de resíduos sólidos e projeto de adequação acústica, todos assinados por profissionais habilitados. Somam-se a esses trâmites o pagamento de taxas que variam entre R$1.000 e R$2.000 para pessoas físicas e

[1] Acesso a Instrução Normativa nº 075/2020: https://www.goiania.go.gov.br/sing_servicos/autorizacao-para-uso-de-pracas-e-parques/.

entre R$500 e R$1.000 para pessoas jurídicas.

A frequência das linhas dos ônibus que circulam pelo centro também é um ponto relevante a ser destacado, tendo em vista que afeta em larga escala a capacidade da população, sobretudo das juventudes, de acessar os espaços públicos no centro da cidade, discussão já amplamente realizada por diversos estudiosos das questões urbanas contemporâneas (Araújo et al., 2011; Pieve, 2018).

Por meio de um levantamento feito no site Rede Metropolitana de Transporte Coletivo de Goiânia[2] acerca da frequência das linhas de ônibus que percorrem o centro, evidenciou-se: de segunda a sexta-feira, o tempo médio de espera é de 33 minutos; aos sábados, o tempo médio de espera é de 42 minutos e, aos domingos, o tempo médio de espera aumenta para 55 minutos, ao passo que algumas linhas deixam de circular neste dia.

Diante disso, conforme argumenta Carlos (2014), é necessário refletir sobre o papel das práticas normativas restritivas que, de forma sistemática, negam o uso coletivo e democrático do espaço público. Tais normativas dialogam com a dimensão do espaço concebido (Lefebvre, 1991a), marcada por políticas que impõem formas e sentidos específicos ao uso do espaço urbano. Em uma perspectiva dialética, torna-se fundamental analisar as tensões entre os valores de uso e de troca, incorporando também as dimensões do espaço vivido e percebido, que expressam os conflitos e apropriações cotidianas dos sujeitos em relação ao urbano.

É fundamental reconhecer que normativas e orientações são necessárias para a organização e o funcionamento dos espaços públicos, garantindo seu uso coletivo de forma consciente. Contudo, é preciso problematizar em que medida essas normativas de fato favorecem o uso, a ocupação e a apropriação desses espaços sob uma perspectiva democrática e inclusiva, potencializando-os como lugares de encontro e de vivência de práticas espaciais.

Nos tópicos seguintes, serão discutidas de forma mais aprofundada as evidências empíricas levantadas na Praça Cívica e no Bosque dos Buritis, considerando a relação entre o espaço público urbano, as práticas espaciais juvenis e a formação cidadã.

Praça Cívica e o processo de esvaziamento do espaço público

A Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, popularmente denominada como Praça Cívica, foi inaugurada no ano de 1933,

[2] Acesso às tabelas de frequência: https://m.rmtcgoiania.com.br/.

concentrando em sua estrutura o centro administrativo e comercial da cidade e sendo projetada como símbolo do discurso de busca pelo progresso (Grande & Boaventura, 2015, Morais et al., 2024). A referida praça localiza-se no centro da cidade de Goiânia e, atualmente, abriga a residência oficial do governador do estado de Goiás, o Palácio das Esmeraldas, o Palácio Pedro Ludovico, o Museu Zoroastro Artiaga, o monumento das Três Raças e o Centro Cultural Marietta Telles Machado.

Com as atividades em campo, foi evidenciado um processo de esvaziamento da praça identificado em diferentes dias e horários. No período diurno, percebeu-se que o uso da praça se dá por pessoas que estão transitando de um ponto a outro do centro da cidade, e, essa já pequena ocupação foi ainda menor pela noite, quando a praça se tornou um local ainda mais esvaziado. Além disso, os trabalhos de campo permitiram identificar também que as práticas espaciais juvenis nesse local são quase inexistentes.

Figura 2

Praça Cívica no período noturno em um domingo



Nota. Acervo das(os) autoras(es), 2025

Destaca-se, contudo, a presença de um grupo de jovens que realizava práticas de dança salsa e registrava vídeos como forma de reivindicação do fomento à cultura no centro de Goiânia (GO), especialmente no que se refere à valorização dessa expressão artística no espaço público. Ao serem abordados durante o trabalho de campo, os participantes relataram que iniciativas culturais desse tipo encontram entraves institucionais, inclusive com a exigência de pagamento para utilização de espaços públicos, como a Praça Cívica.

Em suas palavras: “...para realizar um evento de dança, querem alugar a Praça Cívica, uma praça pública. É um absurdo!” (Entrevista com coletivo de salsa). Nesse sentido, as falas do coletivo evidenciam uma dimensão importante do processo de esvaziamento desses espaços, relacionada às restrições e barreiras impostas por instâncias de gestão pública, que acabam

por limitar e tensionar as formas de vivência e apropriação juvenil do espaço público no centro de Goiânia (GO).

Nos últimos anos, o centro tradicional de Goiânia como um todo experimenta um processo de esvaziamento de seus espaços públicos e um crescente distanciamento, por parte da população, dos locais públicos de lazer, como bem discutido por Grande e Boaventura (2015). E, especificamente na praça cívica, este processo de esvaziamento também se faz presente, ou seja, o convívio, a vida coletiva e o encontro, que tradicionalmente aconteciam neste local, passam a acontecer em locais privados, orientados pela lógica do consumo. Grande e Boaventura (2015) destacam ainda que:

> A partir da década de 1990, as contradições observadas no centro de Goiânia se apresentaram crescentes. As novas configurações sociais no espaço urbano, agravadas pelo surgimento de novos bairros, pela facilidade de deslocamento através do transporte privado e pela acentuada e crescente procura, por parte da população, por lugares privados dedicados ao consumo — como os shoppings centers — apresentam-se como possíveis causas do esvaziamento de seus espaços públicos (p.86).

No contexto atual, um contraponto ao esvaziamento dos demais espaços da praça, percebido com os trabalhos de campo, é o Centro Cultural Marietta Telles Machado[3], que vem sendo frequentado por alguns grupos de jovens da cidade. Diante disso, também foi realizada uma entrevista com uma trabalhadora do centro cultural, que destacou perceber a presença de jovens na praça atrelada somente às sessões de cinema, dentro do prédio do Cine Cultura. Dessa maneira, compreende-se que as práticas juvenis vêm ocorrendo nos espaços privados, mesmo em um local público, que é a Praça Cívica.

Além disso, a partir de entrevista com profissional atuante no Centro Cultural Marietta Telles Machado, emergiu a percepção de que parte significativa da população desconhece as instituições e atividades desenvolvidas no equipamento cultural. A entrevistada apontou ainda um processo de desvalorização e descontinuidade das ações do poder público em relação à Praça Cívica, o que, em sua leitura, contribui para o enfraquecimento de seus usos e de sua centralidade cultural no contexto urbano. Destacou também a ausência de campanhas de divulgação dos

[3] Construído em 1933, o prédio serviu primeiro à Secretaria Geral do Estado, Fórum, e Secretária da Fazenda. Hoje, abriga o Museu da Imagem e do Som (MIS), Biblioteca Estadual Pio Vargas, Biblioteca Braille, Gibiteca Jorge Braga e Cine Cultura. Disponível em: <https://goias.gov.br/cultura/centro-cultural-marietta-telles-machado/>.

museus e bibliotecas ali existentes, embora sejam espaços gratuitos e de acesso público. Nesse sentido, sua avaliação indica que um dos principais desafios para ampliar a presença juvenil nesses espaços reside na fragilidade das ações institucionais de promoção e fomento ao acesso, o que tensiona o papel do espaço público como dimensão da cidadania, conforme discutido por Capel (2017).

Frente a este cenário, pode-se retomar ainda a discussão de Carlos (2014) onde a autora aponta que a vida cotidiana tem sido invadida por um sistema regulador de modelos, comportamentos e valores que induzem ao consumo, reduzindo as relações sociais a lógica do mercado, em que o valor de troca permeia essas relações e "...aponta a vida como fonte de privação de direitos" (p.4). Sendo assim, o espaço público tem se configurado cada vez mais, enquanto espaço da privação ao direito à cidade, realidade expressa nas práticas espaciais juvenis na Praça Cívica se centrarem exclusivamente no consumo do cinema. Isto posto, releva-se a importância da constituição de espaços de resistência, indo ao encontro das necessidades de retomar o valor de uso e sentido social da vida urbana.

Práticas Espaciais no Bosque dos Buritis: usos, apropriações e significados

O Bosque dos Buritis foi escolhido neste trabalho devido à sua estreita relação enquanto um espaço público que possui potencial de estabelecimento de práticas espaciais, sobretudo relacionadas ao lazer e à ocupação dos espaços. Localizado na região central de Goiânia, mais precisamente no setor Oeste, o Bosque dos Buritis é, segundo Arantes (2018), o parque público mais antigo da capital. De acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana (2008), a cidade conta atualmente com cerca de trinta e dois parques e bosques implantados pela gestão municipal.

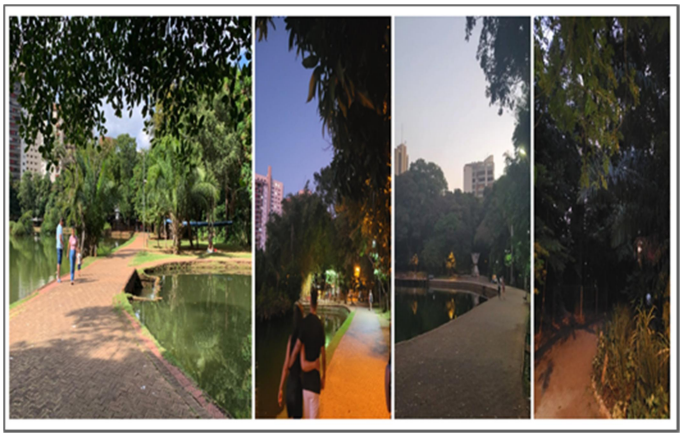
Conforme a realização dos trabalhos de campo, torna-se pertinente refletir sobre os usos e as formas de ocupação desses espaços públicos urbanos, considerando sua função social e sua contribuição para a produção e reprodução das relações sociais, mediadas por práticas socioespaciais (Carlos, 2014).

A partir dos trabalhos de campo realizados, destacam-se como principais usos do parque práticas individualizadas, como caminhadas, passeios com animais de estimação e a circulação de casais e famílias. Notou-se, ainda, uma presença reduzida de práticas espaciais juvenis, especialmente aquelas de caráter coletivo ou realizadas em grupo. As dinâmicas de uso e as sensações associadas ao lugar variam conforme o horário do dia, revelando diferentes apropriações e percepções do

espaço ao longo do tempo, reforçando a relevância de considerar o marcador corporal e identitário na (re)produção das espacialidades e seus significados (Figura 3).

Figura 3

Bosque dos Buritis



Nota. Acervo das(os) autoras(es), 2025.

No que diz respeito às práticas espaciais juvenis, conforme analisado por Paula (2013) acerca das juventudes e da ocupação dos espaços públicos em Goiânia, observa-se que parques como o Bosque dos Buritis apresentam potencial de configuração mais democrática, uma vez que, em princípio, são acessíveis a jovens de diferentes classes sociais. Contudo, a concentração desses espaços em bairros mais valorizados da cidade compromete as condições de acesso e mobilidade de muitos jovens, impactando diretamente em sua apropriação e presença nesses lugares, que não se configura de maneira democrática.

Destaca-se, ainda, a presença do Museu de Arte de Goiânia (MAG), fundado pela Lei Municipal nº 4.188, de 28 de agosto de 1969. O MAG foi o primeiro museu público municipal de artes plásticas da Região Centro-Oeste, inaugurado em 1970 e transferido, em 1981, para o interior do Bosque dos Buritis. A partir de entrevistas com trabalhadoras da administração do museu, evidenciam-se aspectos relevantes como sua localização central, a oferta de exposições temporárias e permanentes, a preservação de um acervo histórico, além de desafios relacionados à infraestrutura e segurança, bem como a importância de ações educativas e de intercâmbio cultural com a comunidade.

Até junho de 2025, o museu recebeu 4.029 visitas, número formado, em sua maioria, por turistas ou visitantes espontâneos, o que reforça a ausência de iniciativas voltadas à participação das juventudes nesses espaços. Diante disso, nota-se a carência de políticas públicas e ações educativas que promovam o acesso crítico e formativo dos jovens a esse espaço cultural.

Outro aspecto importante refere-se à realização de eventos nesses espaços públicos, como o Projeto Música no Bosque. Em junho, durante a semana do Dia dos Namorados, ocorreram apresentações musicais no Bosque dos Buritis, organizadas pela gestão municipal, com os cantores

Pádua e Tom Chris. Nessa ocasião, o Bosque se configurou de forma mais dinâmica e heterogênea, ainda que a presença de juventudes tenha sido pouco expressiva. A ocupação do espaço concentrou-se, majoritariamente, em pessoas adultas e idosas, brancas, em casais heterossexuais, aparentemente pertencentes às classes média e média alta, residentes nas imediações. Essa observação evidencia como os marcadores sociais da diferença influenciam a ocupação e o uso dos espaços públicos, conformando espacialidades específicas (Machado & Rats, 2019; Marques, 2024).

Sendo assim, embora eventos culturais públicos sejam políticas fundamentais de incentivo à ocupação e uso dos espaços públicos urbanos, torna-se essencial refletir sobre os critérios que orientam sua realização, quem define, com quais interesses e para quais públicos. Essa problematização deve considerar o espaço público não apenas como cenário, mas como obra coletiva, dotada de valor social de uso (Lefebvre, 1991a).

O Bosque dos Buritis, enquanto forma espacial carregada de sentidos históricos e simbólicos, apresenta potencial para ser lugar de socialização, cultura e construção de cidadania. No entanto, como aponta Carlos (2014), o espaço urbano só se realiza plenamente como lugar quando passa a expressar vivências coletivas e relações sociais concretas. A predominância de práticas individualizadas, como caminhadas, revela o esvaziamento de seu conteúdo social e a fragilidade de sua função como espaço de encontro e da vida coletiva.

Dessa forma, a carência de ocupações coletivas e de práticas espaciais culturais evidencia uma apropriação social limitada, que enfraquece o sentido do espaço público enquanto lugar político e social. A normatização desses espaços sob a lógica do capital, aliada à insuficiência de políticas públicas voltadas à ocupação democrática e cidadã, contribui para seu esvaziamento simbólico e funcional, restringindo-os ao consumo e marginalizando práticas associadas à formação cidadã e ao direito à cidade.

É importante destacar que há movimentos cotidianos contra-hegemônicos que tensionam essa lógica. Como apontam Machado e Rats (2019), os movimentos de resistência, especialmente coletivos feministas e movimentos negros, se colocam em enfrentamento à cidade na tentativa de "...desfazer as fronteiras entre espaços públicos e privados" (p.86), assumindo o cotidiano como agente de transformação. Assim, ainda que haja um esvaziamento da função social e política de espaços públicos, como a Praça Cívica, o Bosque dos Buritis e outros pontos do centro de Goiânia, é fundamental reconhecer que, nesse movimento dialético e contraditório, as

resistências persistem e são essenciais para o processo de ressignificação desses espaços, que mantêm viva a disputa pelo direito à cidade.

Portanto, é fundamental reconhecer que tais espaços guardam um enorme potencial para se configurarem como lugares do encontro, da convivência e da expressão cultural, especialmente no que se refere às práticas juvenis, que podem ressignificá-los e fortalecer seu caráter público, plural e inclusivo. Sendo assim, os tensionamentos destacados neste trabalho quanto a não efetivação desses espaços enquanto obra coletiva e política, reforça a relevância do estabelecimento de práticas de resistências e ocupação dos espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições deste trabalho evidenciam que as práticas espaciais juvenis no centro de Goiânia são atravessadas por contradições estruturais da produção do espaço urbano, marcadas por processos de esvaziamento, mercantilização e controle dos usos do espaço público. Nesse contexto, a Praça Cívica e o Bosque dos Buritis, ainda que constituam centralidades urbanas dotadas de forte densidade histórica e simbólica, revelam-se como espaços ambíguos, simultaneamente potenciais lugares de encontro, sociabilidade e expressão cultural, e, por outro lado, espaços que tendem ao estranhamento e à rarefação das práticas coletivas juvenis. Essa dinâmica reforça a compreensão do espaço como produto social, constituído por disputas, usos e apropriações desiguais.

Essa configuração permite tensionar a própria noção de espaço público e de cidadania, compreendida aqui em uma perspectiva ampliada, que ultrapassa os marcos jurídico-institucionais e envolve o acesso efetivo, a permanência e a apropriação dos espaços da cidade como condição da vida urbana. Nesse sentido, os achados dialogam com a compreensão do espaço como produção social e relacional, em que as formas contemporâneas de regulação urbana tendem a limitar sua dimensão pública, coletiva e política, como discutido nos debates sobre a produção do espaço e o direito à cidade. Evidencia-se, assim, a contradição entre o espaço concebido e o espaço vivido, especialmente quando observado a partir das experiências juvenis no centro urbano.

O estudo também aponta a fragilidade de políticas públicas voltadas à qualificação e democratização dos espaços públicos, o que repercute diretamente nas experiências juvenis, frequentemente deslocadas para circuitos de consumo e sociabilidade mediados pelo mercado. Esse cenário reforça a necessidade de reconhecer as juventudes como sujeitos produtores de

espacialidades, cujas práticas espaciais expressam modos de apropriação, significação e resistência no espaço urbano, em consonância com as discussões sobre práticas espaciais juvenis e suas múltiplas formas de vivência da cidade.

Diante disso, reafirma-se a centralidade do espaço público como dimensão constitutiva da vida urbana e da cidadania, compreendido não como dado, mas como construção permanente e conflitiva. Nesse horizonte, a reapropriação desses espaços passa por disputas políticas e por formas de gestão mais democráticas e participativas, capazes de recolocar o direito à cidade no centro do debate urbano, conforme apontado nas reflexões sobre cidadania e justiça espacial.

Por fim, destaca-se a relevância de estudos sobre e com as juventudes no espaço urbano, uma vez que possibilitam a compreensão das contradições que estruturam a produção do espaço e contribuem para a formação de sujeitos capazes de interpretar, questionar e ressignificar a cidade. Trata-se, assim, de fortalecer uma perspectiva de cidadania espacialmente situada e crítica, em diálogo com o ensino de Geografia e com a produção de conhecimentos ancorados na vivência urbana. Nesse sentido, retoma-se a afirmação de Santos (2007), para quem a cidadania precisa ser reclamada, o que reforça a necessidade de concebê-la para além da esfera do consumo, afirmando uma cidadania plena, também territorial, na medida em que se realiza no e pelo espaço.

REFERÊNCIAS

Arantes, R. C. da S. S. (2018). *Bosque dos Buritis: espaço público, arte pública e imaginário urbano em Goiânia.* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Goiás.

Araújo, M. R. M., Oliveira, J. M., Jesus, M. S., Sá, N. R., Santos, P. A. C., & Lima, T. C. (2011). Transporte público coletivo: Discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 574–582. https://doi.org/10.1590/S01027182201 1000300015.

Capel, H. (2014). Ciudadanía y utopía en tiempos de metropolización. In A. Ferreira et al. (Orgs.). *O espaço e a metropolização: Cotidiano e ação*. Consequência.

Carlos, A. F. A. (2014). O poder do corpo no espaço público: O urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 18(3), 472–486. https://www.revistas.usp.br/ geousp/article/view/89588

Carlos, A. F. A. (2017). *Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos* (pp. 395–415). Edufba.

Cassab, C. (2011). Como um fantasma sob a neblina... Os jovens, a cidade e a política. *Caminhos de Geografia*, 10(32), 143–162. http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos. html.

Cassab, C. (2009). Imagens e representações do jovem e da juventude. *Libertas*, 4, 158–178.

https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18193/9444.

Cavalcanti, L. S. (2016). O olhar geográfico em formação. In Paula, F. M. A., Cavalcanti, L. S., & Pires L. M. P. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades* (pp. 121–142). Espaço Acadêmico.

Cavalcanti, L. S. (2024). *Ensinar e aprender geografia: elementos para uma didática crítica.* C&A Alfa Comunicação.

Cavalcanti, L. S., & Souza, V. C. (2014). A formação do professor de geografia para atuar na educação cidadã. *Actas do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica*. GEOcrítica. http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014.

Cavalcanti, L. S., & Souza, V. C. (2019). Geographical Concepts and the Goal of Citizenship Formation in Brazilian Researches Concerning Geography Teaching. In Pineda-Alfonso, J. A. et al. (Orgs.). *Handbook of Research on Education for Participative Citizenship and Global Prosperity*. IGI Global.

Christan, P., & Souza, V. C. (2020). Prática espacial cotidiana no processo de significação da aprendizagem em geografia. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, 10(20). https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i20.767.

Ferreira, A. (2021). *A cidade que queremos: produção do espaço e democracia*. Consequência Editora.

Gomes, P. C. da C. (2009). Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In Mendonça, F. de A., Lowen-Sahr, L., & Silva, M. (Orgs.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico.* Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN).

Gomes, P. C. C. (2017). *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Bertrand Brasil.

González Rey, F. (1998). Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social. *Psicologia & Sociedade*, 10(2), 32–52. https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rcp/v17n1/11.pdf.

Grande, I. O., & Boaventura, D. M. R. (2015). Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da Praça Cívica e Avenida Goiás. *Revista PerCursos*, 16(30), 74–98. https://doi.org/10.5965/1984724616302015074

Lefebvre, H. (1991a). *O direito à cidade*. Editora Moraes.

Lefebvre, H. (1991b). *A vida cotidiana no mundo moderno.* Editora Ática.

Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace*. Éditions Anthropos.

Machado, T. C., & Ratts, A. J. P. (2019). A cidade das mulheres feministas. *Caderno Prudentino de Geografia,* 41(3), 78–99. https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6437/4996.

Marques, A. C. dos S. (2024). As espacialidades instituídas pelas jovens mulheres negras na e por meio da cultura Hip Hop em Londrina (PR). *Geographia,* 26(56). https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2024.v26i56.a56681.

Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2009). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (28nd ed.). Vozes.

Morais, E. M. B; Pereira, M. E. G. (2024). *Trabalho de campo na aprendizagem geográfica: diálogos entre tradição, inovação e identidade.* C&A Alfa Comunicação.

Morais, V. de S., Mello, F. A. O., & Amaral, C. V. de L. (2024). Dinâmicas de ocupação e domínio no espaço público: uma perspectiva a partir da Praça Cívica em Goiânia (GO). *Labor e Engenho*, 18, 1–10. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8675949.

Oliveira, M. P. (1999). Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. *Revista GEOgraphia*, 1, 93-120. https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13365.

Oliveira, V. H. N., & Lacerda, M. P. C. D. (2018). Culturas juvenis e pertencimento urbano: Mapeando os fluxos juvenis na cidade. *Revista FSA*, 15(2), 110–124. https://revista.unifsa.com.br/index.php/fsa/article/view/1533.

Oliveira, V. H. N. (2023). *Geografias das juventudes.* GEPJUVE. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256855.

Oliveira, K. A. T., Cavalcanti, L. S., & Moraes, L. B. (Orgs.). (2022). *Nós Propomos! Goiás: Construção do pensamento geográfico e atuação cidadã.* C&A Alfa Comunicação.

Paula, F. M. A., Cavalcanti, L. S., & Pires L. M. P. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Espaço Acadêmico.

Paula, F. M. de A. (2013). *Jovens migrantes na metrópole de Goiânia: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Goiás.

Pieve, E. M. N. (2018). *O direito à cidade no espaço urbano: O desafio no deslocamento por transporte público e alternativo em Boa Vista – RR.* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Roraima.

Santos, M. (1997). *Espaço e método* (4nd ed.). Nobel.

Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão* (7nd ed.). Editora da Universidade de São Paulo.

Soja, E. W. (2014). *En busca de la justicia espacial* (pp. 33–64). Tirant Humanidades.